

PROJETO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Março de 2017

SUMÁRIO

- 1.Introdução**
- 2.Justificativa**
- 3.Objetivos**
 - 3.1. Objetivo Geral**
 - 3.2. Objetivo Especifico**
- 4.Metodologia**
- 5.Sensibilização**
- 6.Eixos da Avaliação Institucional**
- 7.Cronograma e calendário das atividades**

1. Introdução

A avaliação ganhou importância a partir do momento em que o Ministério da Educação (MEC) instituiu o controle de qualidade na formação do profissional oriundo do ensino superior. Entendido não só como etapa de formação humana, mas também como de formação de profissionais, a qualidade do tempo da vida acadêmica passou a interessar aos gestores, tanto do MEC quanto das Instituições de Ensino Superior (IES), da mesma forma como uma empresa controla a qualidade de seus produtos e serviços.

Paralelamente ao tempo em que o MEC traçava a sua política de avaliação nas décadas de 80 e 90, as IES iniciaram a criação de suas comissões internas, num trabalho de gerenciamento de auto avaliação, norteado pelo próprio MEC. Apesar de todo o avanço na criação da "mentalidade avaliativa" no meio universitário, é comum, quando a IES inicia o processo avaliativo, ouvirem-se questões como: "O que é Avaliação Institucional? Para que serve a avaliação da instituição de ensino superior? O que avaliar? Como funciona? O que a avaliação trará de positivo para a vida acadêmica?".

A avaliação é entendida como um processo. Inicia-se com um levantamento de dados que fará parte de cruzamento de informações de outros levantamentos mais complexos, de constatações de opiniões sobre como solucionar problemas internos da instituição e finaliza com um relatório que constitui na análise das informações, com sugestões para melhorias e divulgação a toda a comunidade acadêmica.

A avaliação serve para que se possa discutir o trabalho interno e reformulá-lo a tempo da apreciação do "produto" desse trabalho, aqui entendido como "qual a qualidade do profissional que está sendo oferecido ao mercado de trabalho" ou mesmo "que tipo de cidadão está sendo formado" ou "como e em que dimensão, a IES está colaborando com a sociedade", "qual é a qualidade dos serviços prestados pela IES". A instituição de ensino superior, assim, demonstrará à sociedade como é o seu "produto" e poderá comprovar internamente a própria qualidade.

A IES avalia as opiniões dos alunos, docentes, técnicos, comunidade externa e os egressos de seus cursos, em épocas específicas. As opiniões versam sobre a qualidade do trabalho de ensino, de pesquisa, de extensão e da gestão desenvolvidos dentro da instituição. Periodicamente, segundo o calendário do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, e num processo norteado por este, registrará no MEC como está a evolução tanto do seu planejamento quanto da execução deste.

A avaliação colabora para que a reflexão, de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, leve ao aperfeiçoamento e às mudanças nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação, participação e melhoria do desempenho acadêmico. A IES, na forma de um *feedback*, retorna à sociedade a sua interferência, estimulando debates em torno de questões acadêmico-pedagógicas e profissionais.

Por meio da avaliação, equipes técnicas se mobilizam para o planejamento. O credenciamento, reconhecimentos, reconhecimentos e renovação de reconhecimento de IES e de cursos estão sempre dependentes da avaliação. As IES se organizam, portanto, em núcleos e/ou comissões, cuja finalidade é avaliar e realizar seus planejamentos institucionais.

A Faculdade objetiva suprir as exigências de planejamento e de documentação necessárias ao atendimento das exigências de Avaliação do INEP/MEC por meio das ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

2. Justificativa

A avaliação institucional tem como propósito desenvolver um processo que pressuponha a realização de ações avaliativas, coletivamente concebidas, privilegiando um modelo interdisciplinar e integrado. A análise dos processos acadêmicos e administrativos constitui-se na finalidade principal da avaliação na Faculdade, de modo a possibilitar nova tomada de decisão, com vistas ao aperfeiçoamento e fortalecimento institucionais.

A meta principal é a fixação da cultura de avaliação, por meio da concretização da reavaliação permanente, visando ao aperfeiçoamento da própria metodologia da avaliação; da prudência, clareza e ética como valores que norteiam a ação avaliativa; da sensibilização e do envolvimento permanentes da comunidade acadêmica; da agilidade e simplicidade, tanto nas abordagens quanto na divulgação dos resultados; da mobilização para o compromisso da construção coletiva de uma avaliação institucional que atenda às expectativas das comunidades interna e externa.

A proposta de elaboração do Projeto de Auto avaliação Institucional da IES está baseada na Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, incluídos aí os cursos de graduação e o desempenho de seus estudantes. A lei estabelece que o SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Consolidar um processo de auto avaliação, construído pelos seus docentes, discentes, técnico-administrativos e seus ex-alunos, para subsidiar a gestão acadêmica e potencializar o desempenho institucional.

3.2 Objetivos Específicos

Criar a cultura de auto avaliação em busca de qualidade;

Sensibilizar a comunidade para a importância da participação na auto avaliação institucional como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais;

Promover a auto avaliação como processo pedagógico, administrativo e social;

Diagnosticar a atual situação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;

Redigir relatórios com análise imparcial dos resultados e proposta de mudanças;

Divulgar os resultados na mídia da comunidade acadêmica;

Fortalecer os laços com a comunidade, demonstrando ter responsabilidade social.

4. Metodologia

Os instrumentos de avaliação a serem aplicados neste ano de 2016, foram construídos e modificados pela CPA, julgados quanto ao constructo tanto pelos seus membros quanto por docentes e discentes escalados para tal. Após análises, julgamentos e reconstrução, serão disponibilizados para colaboração de docentes e discentes pelo Sistema Aula. Os instrumentos técnico-administrativos foram feitos no sistema virtual disponibilizados no laboratório da Faculdade. Os resultados dos levantamentos de opiniões foram encaminhados aos atores principais da instituição a tempo de se fazer novas tomadas de decisões e replanejamentos, conforme vem sendo realizado pela CPA.

A CPA se pautará pelo trabalho aberto, o que significa que sempre haverá espaço para discussões e sugestões trazidas pela comunidade acadêmica, com o objetivo de assegurar a transparência de um processo avaliativo que seja, acima de tudo, ético e educativo.

A CPA utiliza como documentos norteadores as Notas Técnicas Inep/Daes/Conaes Nº062 e Nº 065 e o Manual de Avaliação de Cursos do INEP/MEC como instrumento que permite aos gestores verificarem a situação dos mesmos, por meio dos indicativos e dos critérios que são levados em conta pela avaliação *in loco*. Considera que assim procedendo, caminha atualizada com a avaliação do Estado, levando também esse conhecimento necessário aos coordenadores e professores por ocasião das visitas de avaliação externa, realizada pela equipe do MEC.

A avaliação institucional interna (auto avaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que “para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto avaliação e a avaliação externa **in loco**”.

A auto avaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações

coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

O processo de auto avaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Auto avaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

A Auto avaliação na Faculdade representa um processo cíclico, mostrando seu caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento, estabelecendo condições que permitem a revisão e a redefinição de prioridades estabelecidas no Projeto Institucional.

A Faculdade entende que o processo de Auto avaliação constitui o instrumental de base para a garantia da qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, buscando o cumprimento fiel de sua responsabilidade social.

As atividades de Auto avaliação desenvolvidas pela Faculdade contam com o integral apoio e comprometimento da Direção da Instituição e busca o envolvimento de todos os agentes do processo: estudantes, professores, pessoal técnico-administrativo, dentre outros.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, devidamente constituída pela Direção da Instituição, é a responsável pela condução dos processos de avaliação interna, assim como de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP.

Sua ação envolve a elaboração da Auto avaliação e todas as atividades por ela desempenhadas, e é feita em perfeita sintonia com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da Instituição.

A composição da CPA leva em consideração os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e, sua constituição estabelece consulta prévia aos agentes participantes do processo, objetivando seu integral envolvimento.

O processo de avaliação institucional, abordando de maneira quantitativa e qualitativa as virtudes e deficiências dos diversos segmentos e instrumentos da vida institucional, integra-se no plano de desenvolvimento institucional, como uma análise crítica dos resultados obtidos em relação aos objetivos pretendidos pela instituição. A Faculdade tem se mobilizado para planejar e, em seguida, por em prática novas diretrizes acadêmicas institucionais em resposta à necessidade de mudanças provocadas pelos resultados do Exame Nacional de Cursos de 1997, embora de resultados ainda de pouca expressão.

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e da qualidade nele impressa é feita tanto pela ótica do corpo docente quanto pelo corpo discente. No primeiro caso, os docentes são levados a refletir sobre o curso como um todo e sobre a inserção, adequação, pertinência de sua disciplina na matriz curricular, o conteúdo previsto e sua compatibilização e articulação

com os demais, sempre com foco no perfil pretendido para o egresso. Ainda, por meio do corpo docente, solicita-se sejam feitas avaliações gerais sobre a instituição, sua infra-estrutura, seus setores administrativos e acadêmicos, bem como sobre a coordenação do curso. Estimula-se também as auto avaliações e avaliação da turma. No segundo caso, tem-se o termômetro institucional mais rico em indicadores sobre o andamento das atividades e sobre a satisfação pessoal em delas participar, talvez, em razão de sua transitoriedade de vínculo com a IES. Os indicadores de avaliação buscados por meio do corpo discente são basicamente os mesmos utilizados com o corpo docente, embora apresentem em conteúdo resultados e reflexões bem distintas. Desta forma, a IES, num processo de realimentação, procura identificar como tem ecoado seu esforço para viabilizar e propiciar condições que favoreçam o desenvolvimento acadêmico com qualidade, consoante aos seus objetivos, corrigindo rotas, estratégias e políticas.

Neste processo são aplicados questionários que buscam identificar o perfil dos alunos da Faculdade, o perfil e a condição profissional dos egressos e o perfil do professor. Além de traçar o perfil da comunidade escolar, os resultados, com o cruzamento de informações, permitem o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo para a organização Didático-Pedagógica da Faculdade, como: mudanças no currículo, modernizando-o, adequando-o às demandas de mercado e atendendo às DCN's, dedicação dos docentes à Pesquisa e Produção Científica, políticas de Estágio Curricular e de atividades permanentes de Extensão, implementação de Práticas Pedagógicas inovadoras, mudanças no sistema de avaliação educacional dos estudantes, etc. Todo o processo de avaliação é conduzido pela CPA, instituída e registrada pela Direção Geral da Faculdade, em conformidade com a Lei 10.861/04 que instituiu o SINAES, comissão autônoma e paritária, com 2 (dois) representantes de cada uma das categorias institucionais (docentes, discentes e técnicos-administrativos) e da comunidade externa. Além dos procedimentos formais de comunicação de seus resultados ao INEP, é feita ampla divulgação interna e dado ciência às instâncias de direção institucional para as providências imediatas que julgar pertinentes.

A estratégia adotada pela CPA para acompanhar as soluções dos desafios indicados pela pesquisa e das melhorias advindas da avaliação conjunta dos resultados está ordenada segundo a mesma estrutura das 5 eixos que norteia a avaliação, de acordo com Nota Técnica Inep/Daes/Conaes Nº 065, a CPA tem trabalhado nas melhorias de seus instrumentos de avaliação, bem como no desenvolvimento de aplicativo eletrônico, no intuito de aprimorar o seu sistema de Auto Avaliação Institucional e consolidar na IES a cultura de coleta, análise e esforço conjunto para a melhoria contínua dos objetivos educacionais e sociais da Faculdade.

5. Sensibilização

O projeto de Avaliação Institucional da Faculdade entende como necessária a discussão com os diversos níveis setoriais a fim de buscar a definição do processo avaliativo que melhor se adapta às características da Instituição.

Busca-se, da mesma forma, a reflexão sobre as diretrizes, ações e atividades que se pretende implementar *a posteriori*, considerando, sempre, uma abordagem crítica envolvendo a estrutura hoje existente no ensino superior do País.

O maior mérito de um processo de sensibilização está relacionado à socialização do conhecimento sobre avaliação, para toda a comunidade acadêmica. A estruturação deste processo é feita através de reuniões com docentes, discentes e funcionários administrativos. Como método de orientação, são ativadas, dentre outras formas de informação, por palestras, cursos, cartazes, informativos diversos e jornais.

Assim, objetivando assegurar a institucionalização do processo avaliativo, é necessário envolver os interessados, estabelecendo uma relação de parceria e de credibilidade, respondendo aos anseios da própria Instituição.

O processo de sensibilização desenvolvido pela instituição deve ter o mérito de poder criar uma consciência para a qualidade; ela construirá expectativas nos participantes relacionando-a a um processo que beneficiará a Instituição como um todo, e não apenas o favorecimento de unidades estanques ou o atendimento a expectativas externas, quaisquer que sejam elas. Em suma, a participação de todos os segmentos institucionais reveste-se de extrema importância, vez que oportuniza o desencadeamento de discussão em todos os níveis.

A ideia da sensibilização é vista como um processo contínuo em todas as fases da Auto avaliação, garantindo a participação integral de todos os agentes envolvidos, o que conduzirá, necessariamente, a resultados mais consistentes, fundamentais para o sucesso de todo o processo avaliativo.

6. Eixos da Avaliação Institucional

Eixos de atuação institucional a serem avaliadas

Cada Eixo está separado em categorias de análise

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Planejamento e Avaliação

Esse eixo será considerada como um processo de meta-avaliação, que possibilitará uma análise crítica dos instrumentos desenvolvidos para a avaliação e os resultados alcançados. Os itens e formas de avaliação serão:

Item específico no relatório final de avaliação institucional descrevendo toda a sistemática de avaliação, a participação dos segmentos da comunidade acadêmica no processo, os recursos financeiros, materiais e humanos disponibilizados pela Faculdade, dentre outros;

Aplicação de um questionário à comunidade acadêmica da Faculdade a ser elaborado à época, abordando aspectos diversos da avaliação institucional, de modo a estabelecer a percepção dessa comunidade sobre o processo

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Na análise do PDI serão considerados:

O nível de congruência entre os princípios estabelecidos pelo PDI e a realidade institucional;

A articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional - PPI, considerando as ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica;

O grau de conhecimento e apropriação da comunidade acadêmica quanto ao PDI, mensurado pelos questionários pertinentes;

O perfil esperado no PDI para os ingressantes e egressos da instituição.

Responsabilidade Social da Instituição

A caracterização dessa dimensão será feita por uma descrição das atividades pertinentes realizadas pela Faculdade, como eventos culturais, apoio a grupos artísticos, uso das instalações da Faculdade de Ciências Jurídicas Professor Alberto Deodato para o desenvolvimento de atividades culturais da região, inserção de membros da comunidade acadêmica em conselhos comunitários e similares em nível municipal e regional, dentre outros.

Quanto às políticas afirmativas e de inserção social: será elaborado e analisado um sumário do processo seletivo da Faculdade; incluindo os critérios de isenção no processo seletivo para candidatos carentes, dados quantitativos dos últimos anos de número de candidatos isentos de taxas e/ou beneficiados por programas sociais; análise dos dados de entrada de alunos da comunidade local.

Análise das políticas e procedimentos adotados para a elaboração de convênio com outras instituições públicas e com a iniciativa privada, um sumário do processo de formulação de convênios da Faculdade e dados quantitativos de convênios que permitam a análise da evolução dos mesmos, evidenciando o número de convênios por natureza da entidade parceira, como outras IES públicas, IES privadas, cooperativas, sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs, escolas de ensino fundamental e médio, entidades estrangeiras.

Ações de atendimento a membros da comunidade acadêmica portadores de necessidades especiais: procedimentos adotados na seleção de pessoal, atividades pedagógicas desenvolvidas para alunos enquadrados em tal categoria, dentre outros.

Ações desenvolvidas pela Faculdade; para a preservação do meio ambiente e educação ambiental, dentre outros.

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Este eixo é dividido em três itens, sendo ensino de graduação, pesquisa e extensão.

- **Ensino de Graduação:**

Analisar criticamente o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), para os três cursos de graduação da Faculdade, verificando a articulação entre os mesmos;

Avaliar a relação dos PPCs da Faculdade com as diretrizes nacionais para cada curso de graduação;

Avaliar a sistemática vigente de acompanhamento da qualidade dos cursos de graduação, as análises geradas e a comparação das mesmas com percepção obtida pela consulta à comunidade (questionários).

- **Pesquisa:**

Análise da articulação entre o PDI;

Análise das formas atuais de registro das atividades de pesquisa e produção científica dos pesquisadores da instituição;

Descrição dos veículos de publicação científica da Faculdade.

- **Extensão:**

Análise de concepção e articulação do PDI;

Ações de integração da extensão com o ensino e a pesquisa.

Comunicação com a Sociedade

Nesse eixo será avaliado todo o sistema de comunicação das Faculdades, que atualmente é constituído pelo Jornal da Faculdade; pelo boletim *online*, veiculado aos alunos,

professores e funcionários, contendo as principais notícias da semana; página de internet; dentre outros.

Página na Internet - Algumas proposições norteadoras da qualidade de uma página de serviço na internet serão verificadas e analisadas, como:

Todos os órgãos das Faculdades possuem *home-page* funcional?

Existe assessoria de comunicação na Faculdade?

Algum órgão realiza constantemente um *clipping* da instituição?

Que setor/órgão é responsável pela sala de imprensa?

Que critérios são utilizados para a publicação de documentos oficiais da instituição?

Frequência e forma de atualização da página da Faculdade.

Há verificação da atualização das páginas por parte dos departamentos didático-científicos e demais órgãos da instituição?

Existem normas definidas para veiculação de informações e de autoridade sobre as mesmas?

Existe uma versão da página em outros idiomas?

Análise de percepção da sociedade local quanto às atividades desenvolvidas pela, por meio de aplicação de questionário específico.

Política de Atendimento aos Discentes

Análise dos dados evolutivos dos alunos de graduação nos últimos cinco anos;

Avaliação dos dados do perfil educacional do ingressante, estudo feito pela Faculdade;

Análise do perfil sócio-econômico dos ingressantes no processo seletivo, determinado por questionário aplicado aos alunos inscritos nos processos seletivos da Faculdade;

Avaliação da evolução anual do número de bolsas de fomento aos alunos de graduação como bolsas de extensão, bolsas de iniciação científica, bolsas de trabalho e bolsas de monitoria de graduação;

Descrição e avaliação das políticas e programas de assistência aos estudantes em todas as modalidades. Adicionalmente, os dados quantitativos dos últimos cinco anos, bem como a origem dos recursos financeiros para a manutenção de tais programas;

Verificação das formas de regulamentação de grupos de estudo e empresa juniores com a participação de alunos da Faculdade;

Avaliação da percepção dos estudantes em relação à qualidade dos cursos de graduação, bem como dos serviços disponíveis no campus, por meio de questionário específico.

EGRESSOS:

Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos vigentes na Instituição; aferida por meio telefônico ou disponibilizado na internet e, alternativamente, enviado pelo correio, um questionário de avaliação, com aplicação repetida a cada ciclo de avaliação.

Esse instrumento será disponibilizado para todos os egressos da Faculdade; com até 5 anos de conclusão do curso.

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Políticas de Pessoal

Demais parâmetros relevantes para essa dimensão serão avaliados como descrito a seguir:

Análise das políticas de assistência e melhoria da qualidade de vida dos funcionários da Faculdade.

Avaliação do grau de satisfação dos funcionários da Faculdade, quanto às condições materiais e de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho por meio de questionário.

Organização e Gestão da Instituição

Na instituição todos os órgãos administrativos e colegiados são previstos em regimento, com suas respectivas atribuições e normas estabelecidas. Nessa dimensão serão analisados apenas os aspectos de estruturação e difusão da informação gerada ao longo do processo administrativo.

Descrição e análise da forma de composição dos colegiados da Faculdade;

Avaliação dos sistemas de informação utilizados para o armazenamento e processamento dos dados administrativos e operacionais da instituição;

Análise da difusão de informações e decisões dos órgãos administrativos e colegiados para a comunidade acadêmica.

Sustentabilidade Financeira

Para a avaliação dessa dimensão serão utilizados os relatórios anuais financeiros e contábeis da Faculdade.

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Infraestrutura Física

Levantamento de toda a área existente nos departamentos didático-científicos da Faculdade; separadas por natureza de utilização (sala de aula, sala de docente, laboratório, auditório, área de convivência, área de experimentação científica, etc.), nos órgãos administrativos pertinentes;

Levantamento e análise da estrutura física da biblioteca, expansão do acervo nos últimos cinco anos e políticas institucionais para a expansão, acesso a sistemas informatizados de permutação bibliográfica, número de funcionários e programas de treinamento, disponibilidade de acesso à internet para usuários, dentre outros;

Aplicação de questionário a comunidade acadêmica abordando a adequação de infraestrutura, com ênfase aos serviços de biblioteca e acesso à internet;

Levantamento e análise das condições de acesso à internet no campus da Faculdade, para toda a comunidade acadêmica.

Auto avaliação do Desempenho da Gestão Institucional

As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Esta dimensão analisa as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com os planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho;

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia, em relação à Mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica, nos processos decisórios. Avalia os meios de gestão, para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional;

Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Analisa a infra-estrutura da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da SOEBRAS;

Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional. Analisa o planejamento e avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo processo, partícipes da gestão da Educação Superior. Esta dimensão

está na confluência da avaliação, como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;

Políticas de atendimento aos estudantes. Analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e aos programas através dos quais a Faculdade busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil;

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior. Avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas; e,

Finalmente, inclui outros itens considerados relevantes para a instituição, tendo em vista a compreensão e construção da sua identidade institucional, suas especificidades e sua missão (hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, inserção regional, entre outras).

Assim a Avaliação Institucional só terá sentido e apresentará resultados se for movida por um esforço solidário e comprometido de toda a comunidade acadêmica, que deverá incorporá-la à cultura institucional. Não se trata de opor avaliadores e avaliados, mas de avaliar a Instituição na sua totalidade.

Formas de participação da Comunidade Acadêmica, Técnica e Administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

O SINAES, instituído através da Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de Educação, preconiza que a avaliação deve funcionar como instrumento, para melhorar a qualidade da Educação Superior, de acordo com Nota Técnica Inep/Daes/ConaesNº 065, servindo para orientar:

- A expansão da oferta de vagas;
- O aumento permanente da eficácia institucional;
- O aumento permanente da efetividade acadêmica e social; e,
- A promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES.

Nesse contexto, a avaliação institucional deixou de ser atividade opcional nos processos educacionais contemporâneos, para se transformar em componente intrínseco e necessariamente rotineiro de toda a vida acadêmica.

Na Faculdade a avaliação do desempenho institucional tornar-se-á uma atividade contínua para o aperfeiçoamento acadêmico, além de constituir-se em elemento fundamental para explicitar a prestação de contas à sociedade, cuja auto-avaliação integrará o processo didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da instituição, que inclui as atividades de ensino, pesquisa, extensão em todos os seus aspectos. Estará relacionada à evolução da identidade da instituição ao aprimoramento da qualidade expressa em seus projetos estratégicos: Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos dos Cursos de Graduação.

A Faculdade compreende a avaliação como um instrumento facilitador para o confronto crítico das práticas institucionais com o projetado nos seus documentos fundamentais. Este olhar avaliativo também deverá ser direcionado, para confrontar os papéis sociais desempenhados e os propostos pela IES, a partir do efetivo impacto das ações. Portanto, a auto-avaliação institucional organizar-se-á com base nos seguintes princípios norteadores propostos pelo SINAES:

- Respeito à identidade institucional (missão, valores éticos e objetivos projetados no Plano de Desenvolvimento Institucional);
- Globalidade (plenitude das relações internas e externas da Instituição, com foco inicial nas unidades de ensino, pesquisa, extensão, incluindo-se, de modo específico, a efetiva ação gestora para a consecução dos respectivos objetivos);
- Participação (inclui todos os segmentos da IES, tanto de modo amplo e público quanto de modo institucionalizado);
- Comparabilidade (estabelece a sistemática que permite comparar e relacionar dimensões objetivas e subjetivas da Instituição);
- Continuidade (periodicidade de avaliação, mediante programação pré-definida); e,
- Sistematização (permite visualização crítica e singular do processo).

Nas relações com a sociedade, a auto-avaliação buscará o significado das ações da IES em relação ao segmento social, com o qual se relaciona, ou o papel que exerce como promotora do desenvolvimento sócio-econômico, tecnológico, artístico e cultural, além de verificar o significado e o papel da produção intelectual, científica, artística e cultural, para avançar na construção do conhecimento e na transformação da sociedade.

O processamento da avaliação institucional seguirá dois eixos norteadores: o da auto avaliação e da avaliação externa que devem ser considerados indicadores institucionais, que expressem sua grandeza quantitativa, em séries históricas, passíveis de comparação e acompanhamento, procurando analisar o conjunto das dimensões institucionais do ponto de vista quantitativa e qualitativa. A avaliação institucional será de responsabilidade de toda a comunidade acadêmica.

Princípios

O incentivo à discussão constante da situação do curso é importante para acentuar o senso de integração e aumentar a condição de entendimento e avaliação dos interesses comuns a docentes e discentes. Um processo de avaliação interna regular, nesse aspecto, oferece subsídio, em termos de dados objetivos e referências de discussão, para o encaminhamento dessa avaliação.

Com relação à avaliação institucional, cabe enfatizar os seguintes tópicos:

- É imprescindível o incentivo à avaliação interna dos cursos, e sua discussão pública, empreendida pelas Coordenadorias de Curso;
- Devem se condicionar reformas curriculares ou reformas de conteúdos de disciplinas à avaliação institucional;
- É necessário prever no Projeto Pedagógico o respeito e aperfeiçoamento constante da avaliação institucional.

Em termos práticos, a implementação de uma condução da vida acadêmica caracterizada como ética e racional depende da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A possibilidade de cada curso ter clareza quanto a suas prioridades, e estabelecer com coerência suas estratégias de trabalho, depende de seu modo de formular e encaminhar seus próprios interesses.

Originar-se do coletivo não é, por si só, garantia de sobrevivência de um Projeto Pedagógico. Ele precisa nascer, ser fortalecido, desenvolver-se, renovar-se e existir. Deve ser assumido pela comunidade e pelos gestores para que se apropriem dele em suas ações administrativas e pedagógicas.

O Projeto Pedagógico seja ele institucional ou de curso, não tem seu valor condicionado à idéia de que possa ser encarado como verdade irrefutável ou dogma. Seu valor depende da capacidade de dar conta da realidade em sua constante transformação e por isso

deve ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudança da realidade. A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribua para melhorias e inovações e que permita identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões.

A existência de um Projeto Pedagógico é importante para estabelecer referências da compreensão do presente e de expectativas futuras. Nesse sentido é importante que, ao realizar atividades de avaliação do seu funcionamento, o curso leve em conta seus objetivos e princípios orientadores, tenha condições de discutir o seu dia a dia e consiga, assim, reconhecer, no Projeto Pedagógico, a expressão de sua identidade e prioridades.

Os Projetos dos cursos deverão prever uma sistemática de trabalho com vistas à realização de sua avaliação interna de forma continuada, reavaliando seu Projeto Pedagógico como processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional.

Tal avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças se dêem de forma gradual, sistemática e sistêmica.

Seus resultados deverão, então, subsidiar e justificar reformas curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material etc.

Elementos como eficiência administrativa, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valorização da interdisciplinaridade e da formação continuada, são fundamentais para a condução racional da vida acadêmica humanizada. No entanto, a possibilidade de o sistema se sustentar, realizando adaptações internas sempre que necessário, só será efetivamente viabilizada, se a instituição dispuser de uma sistemática de avaliação interna qualificada. A avaliação institucional estabelece, quando rigorosa, confiável e objetivamente discutida, o horizonte de superação de limitações como dado interno ao sistema administrativo. A IES elaborou, para orientação, um projeto de avaliação institucional que deverá ser discutido pela comunidade acadêmica.

Em consonância com a realidade atual, esse projeto privilegia o fato de que hoje a avaliação é entendida como um instrumento valioso, capaz de auxiliar a instituição e os indivíduos a concretizarem seus desejos, sonhos e aspirações.

A principal mudança está no fato de que ela não é mais imposta de fora para dentro da instituição, nem de cima para baixo e também não pode ser vista como uma atividade

complexa, somente realizada por especialistas e em ocasiões pré-fixadas. Avaliar faz parte do cotidiano da IES e dos atores envolvidos. Tem de ser ocupação e preocupação de todos, porque é desse compromisso que resulta a melhoria da qualidade do trabalho acadêmico. A negociação se torna fundamental para uma avaliação de sucesso, permite que o poder da avaliação seja compartilhado por avaliadores e avaliados ao tempo em que cria um contínuo processo de capacitação, de facilitação, de liberação, de autonomia, de adesão e de comprometimento entre as pessoas envolvidas.

Deste modo, valoriza-se a ação daqueles que fazem as coisas acontecerem, o planejamento e a definição de metas através da discussão coletiva. Arreda-se o estigma de que avaliação seja sinônimo de punição. Busca-se o novo constantemente. A Instituição exige que a avaliação institucional seja um processo de vida e, portanto contínuo, que além das características destacadas anteriormente deve mostrar-se útil, viável e se pautar pelo rigor ético, estético e político, porque sua missão é gerar, sistematizar e promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade.

Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

A Auto Avaliação tem como propósito atender ao processo interno das Instituições de Ensino Superior (IES), regulamentado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instrumento de avaliação superior do MEC/INEP, criado pela Lei n.º 10.861, de 14/04/2004.

O objetivo deste processo auto-avaliativo é construir um conhecimento sobre a realidade interna da IES, identificando o perfil e o significado da atuação da mesma, com o intuito de levantar possíveis falhas e empreender ações para melhorar a sua qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A Auto Avaliação Institucional é hoje, para a Faculdade um desafio, pois possibilita analisar suas ações administrativas, técnicas e pedagógicas de maneira contextualizada, crítica e participativa, permitindo perceber suas possibilidades e limitações, bem como apontar caminhos.

Neste contexto, a auto-avaliação é concebida como um processo participativo e sistemático de busca de informações sobre a realidade da instituição com o intuito de colaborar com a melhoria e o aperfeiçoamento do projeto educacional, configurando-se como importante estratégia para o exercício da gestão participativa e para a tomada de decisões em relação ao pensar e ao agir institucional.

A metodologia de auto-avaliação da Faculdade tem o mérito de constituir um processo pedagógico contínuo. Sua tendência é, pois, a cada reavaliação e redefinição de metas, avançar para níveis mais elevados de qualidade, principalmente pelo efeito demonstração do crescimento/desenvolvimento dos que se encontram em níveis mais avançados do processo de avaliação.

Os resultados colhidos pelo programa de auto-avaliação deverão servir de referência para várias melhorias, dentre elas:

- Definição do perfil do corpo docente da instituição a partir de sua produção científica, implementando ações para a melhoria do desempenho profissional, pessoal e institucional;
- Conhecimento da situação dos egressos com vistas a fortalecer o atendimento das demandas sociais;
- Definição do perfil dos cursos implantados na instituição, sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao desempenho e aceitabilidade social;
- Conhecimento dos programas de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa e consonância com as necessidades e demandas do entorno social;
- Construção do perfil da pós-graduação e identificação da capacidade instalada e das ações necessárias ao fortalecimento e ampliação;
- Definição do perfil dos servidores técnico-administrativos;
- Conhecimento das condições estruturais e de recursos humanos da instituição com definição de ações de comunicação entre as diferentes unidades da Faculdade e
- Perfil sócio-econômico e cultural dos discentes e redefinição de uma política de atendimento estudantil;
- Infraestrutura física, instalações acadêmicas e programa de ampliação da estrutura física e instalações acadêmicas.

A CPA terá que diagnosticar, do modo mais neutro possível, as virtudes e falhas da instituição, buscando servir como indicador para os diversos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que sensibiliza estes mesmos atores e busca produzir e difundir conhecimento.

7. Cronograma e calendário das atividades

| ETAPAS | PERÍODO |
|--|--|
| 1.Elaborar projeto de auto avaliação 2016 | Abril/2016 |
| 2.Encaminhar à direção o Projeto para aprovação | Abril/2016 |
| 3.Divulgação do planejamento em reuniões docentes | A definir com a direção e coordenadores |
| 4.Elaborar instrumentos de auto avaliação | Maió/2016 |
| 5.Reuniões da CPA | Uma mensal ou quando houver necessidade |
| 6.Contato dos membros da CPA | Semanal |
| 7.Sensibilização | Durante todo o período |
| 8.Aplicação da auto avaliação | Nos meses de setembro, outubro e novembro/2016 |
| 9.Definição do formato e elaboração do Relatório | Após a coleta de dados, dezembro/2016 |
| 10.Organização e discussão dos resultados - publicação | Após a redação do Relatório |

Belo Horizonte, 11 de abril de 2016.

Júnia Maria Campos Lara
Presidente da CPA